

Cartilha da FIJ Os Jornalistas e o Direito Autoral

Esta é uma publicação que tem como tema o direito autoral dos jornalistas. Um tema intimamente ligado aos direitos dos cidadãos e da cidadania. Mas este livreto está mais voltado para a discussão do futuro da informação dentro de um novo e incerto mundo da nova tecnologia de comunicação

O direito autoral define e protege a propriedade intelectual dos jornalistas. É também é fonte de avaliação da qualidade da mídia - sem a qual a cidadania não terá garantias sobre a confiabilidade e o conteúdo ético das informações veiculadas nos diversos meios de comunicação

Pode-se dizer que, atualmente, a criatividade e o profissionalismo da mídia se encontram ameaçados. Editores e proprietários de veículos de comunicação desejam suprimir direitos de propriedade intelectual dos jornalistas estabelecidos já há tanto tempo - mesmo aqueles tidos como princípios básicos da indústria de comunicação.

Os jornalistas estão profundamente preocupados em relação à sua profissão, seus salários e seus empregos. Mas eles também estão preocupados com a necessidade de padrões mais rígidos dentro dos veículos de comunicação. E a qualidade de conteúdo é a chave para as riquezas da sociedade da informação.

De acordo com o relatório da Comissão Europeia do Fórum da Sociedade da Informação, de 1966, a qualidade precisa ser assegurada pelo estímulo ao trabalho profissional e independente dos veículos e dos profissionais de informação de acordo com os mais altos padrões éticos e profissionais.

Padrões rígidos exigem a criatividade e independência existente nos profissionais de jornalismo experientes, treinados e com senso de ética, de forma a garantir a confiabilidade, precisão e integridade da informação. Mas os jornalistas precisam de condições adequadas de trabalho. Eles precisam da definição de padrões corretos do uso de seu trabalho. Isto significa que eles precisam continuar a ter seus direitos autorais respeitados, especialmente quando o uso de novas tecnologias significa que seu trabalho poderá ser reproduzido e manipulado repetidas vezes e em vários meios diferentes de comunicação, como é o caso da internet.

Da mesma forma, a tradicional estrutura dos acordos entre patrões e empregados que garantem os acordos de direitos autorais, também se encontra ameaçada, principalmente porque, cada vez mais, os proprietários dos meios de comunicação vêem a informação como mais um produto a ser comercializado e que não possui nenhum valor cultural, social ou democrático agregado a ele.

Esse tipo de atitude é uma traição às tradições do jornalismo e simplesmente ignora o papel-chave que os meios de comunicação têm a desempenhar dentro das sociedades democráticas. O relatório da Comissão Europeia afirma categoricamente que a produção dos meios de comunicação não é, nem de longe, igual a qualquer outro produto industrial. As regras a serem estabelecidas para a nova sociedade da informação devem levar em conta, segundo a comissão, o impacto sociológico e cultural das informações "qualquer que seja o meio de veiculação".

O que são os direitos autorais

O direito autoral protege a propriedade intelectual dos criadores, das pessoas que apuram, produzem e disseminam a informação. Existem dois tipos de direitos: os direitos econômicos e os morais.

Os direitos econômicos ajudam a determinar o nível do que deve ser pago aos profissionais dos meios de comunicação, sejam assalariados ou free-lancers. Os direitos morais dão a garantia, aos autores, sobre a integridade da informação que apuram. Autoria, direito de publicação e falsidade de crédito são itens cobertos pelos direitos morais.

Existe uma forte ligação entre os direitos autorais e os códigos de conduta profissional dos jornalistas. Os jornalistas têm o compromisso de manter o nível ético dos meios de comunicação. Eles são diretamente responsáveis pelo material que criam, mas para isso precisam saber como será utilizado esse material. Por esta razão, os direitos precisam ser protegidos dentro da nova sociedade da informação que está surgindo. E, para isso, precisa-se da definição de um único conjunto de padrões a ser utilizado.

Mas, essa padronização, quando é feita por baixo, como acontece atualmente no Reino Unido - onde os direitos morais são praticamente inexistentes - é também inútil. Para a garantia e autenticidade da informação, torna-se necessária a definição de padrões de excelência no nível mais alto.

Na Europa, por exemplo, há problemas por causa da existência de duas tradições jurídicas diferentes que são aplicadas à questão dos direitos autorais.

Em primeiro lugar existe o conceito do copyright que configura o direito do criador individual ou do empregado ou cliente, se esse trabalho é criado dentro de um acordo trabalhista ou comissionado. Esse é um sistema utilizado também em alguns países europeus como o Reino Unido e a Holanda.

O conceito de copyright é baseado na expropriação dos direitos do autor.

Os autores não têm o direito de compensação financeira pela contínua exploração econômica de seu trabalho. De maneira geral os autores têm pouco ou quase nenhum controle sobre a manipulação e a distorção de suas criações.

A segunda tradição jurídica é o sistema de direitos autorais utilizados na maior parte da Europa continental; que possui uma abordagem diferente. Na maior parte dos países, os direitos individuais permanecem com o material que é reutilizado em outro meio de comunicação. Os autores possuem o direito de serem consultados sobre a forma de utilização e recebem pagamento extra por isso.

Esse conceito utilizado na Europa continental dá ao criador individual a liberdade de transferência dos direitos de uso do material através de um contrato e esse sistema funciona bem para assalariados que podem ter controle de sua criação e seu uso em novos meios de comunicação de acordo com um sistema já estabelecido de negociação. E também possibilita que os jornalistas possam viver de acordo com os mais altos padrões pessoais e profissionais, o que é um sistema bastante interessante para enfrentar os desafios que virão no próximo século.

A mudança nos meios de comunicação

As comunicações, como sabemos, nunca mais serão como as conhecemos hoje. A revolução tecnológica está criando formas digitais de produção e distribuição da informação. A mídia impressa e a eletrônica estão se fundindo em um novo panorama multimídia que oferece novas e inimagináveis possibilidades de escolha e acesso a uma grande quantidade de informações aos cidadãos.

As diferenças tradicionais entre as diferentes formas de disseminação de informações estão desaparecendo. Como resultado, os sistemas tradicionais de administração dos direitos autorais, desenvolvidos para cada um dos tipos dos velhos meios de comunicação terão que mudar.

A administração conjunta dos direitos através das atuais sociedades arrecadadoras é uma das soluções possíveis. A administração coletiva dos direitos deverá dar o suporte necessário a essa necessidade e tornar possível o mais alto nível de proteção dos direitos autorais.

Apesar disso, os acordos coletivos entre sindicatos (representando os criadores) e os proprietários dos meios de comunicação continuam sendo a melhor solução na questão do uso dos direitos autorais.

Se os proprietários dos meios de comunicação forem bem sucedidos em sua campanha contra a propriedade intelectual da produção jornalística pelos seus autores, o novo mundo da informação será um péssimo lugar para os jornalistas e cidadãos, de forma geral.

Nossa posição é a de lutar para o reforço dos direitos autorais da propriedade intelectual da produção jornalística. Agora é a hora para a reafirmação de valores profissionais, culturais e de cidadania.

Autores definindo novos padrões

Os autores estão se defrontando com novos meios de comunicação, como os serviços on-line da internet e CD-ROM que possibilitam o aparecimento de novas oportunidades para a criação e distribuição de informações.

Mas, essas possibilidades também trazem alguns desafios sérios. O mau uso do material digital significa que fotos, filmes, sons e textos podem ser manipulados e distorcidos durante o processo de edição digital. Essa é a principal razão pela qual os direitos morais dos autores tornam-se ainda mais importantes e precisam ser preservados.

Também passa a existir a necessidade de reciclagem dos autores free-lancers e independentes - tanto em termos de equipamentos quanto em treinamento - para a prestação de serviços dentro da nova sociedade de informação.

Autores e jornalistas precisam de um ambiente de trabalho no qual possam ser pagos de forma justa e no qual possam disseminar a informação em qualquer forma que se faça necessária, além de preservar a independência editorial.

Acima de tudo, os autores precisam de proteção que assegure que as suas produções não serão mal utilizadas. Eles precisam ser capazes de trabalhar dentro de um nível de profissionalismo que preencha os mais rígidos padrões de senso ético.

Apesar do que possam dizer, os proprietários dos meios de comunicação não têm maiores dificuldades na aquisição dos direitos de seus empregados e de profissionais free-lancers. Tudo o que se precisa é que eles aceitem e respeitem acordos individuais ou coletivos sobre esses direitos.

Já existem diversos acordos que cobrem as diversas formas de disseminação da informação. Eles provam que é possível a discussão de acordos entre patrões e empregados e que também se pode criar salvaguardas contra procedimentos antiéticos e a infração desses acordos por terceiros.

Chaves para o sucesso na Europa

No futuro não se vê nenhum desvio do Sistema Continental Europeu de direitos autorais. Na verdade, existe a necessidade de fortalecer os direitos autorais morais na Inglaterra e nos Países Baixos, onde o sistema anglo-americano de direitos autorais foi adotado.

A Europa deve evitar o confronto e o caos que ameaçam aqueles que seguem o padrão norte-americano. Muitos autores nos Estados Unidos e na Inglaterra, estão travando verdadeiras batalhas nos tribunais contra a violação de seus direitos e no intuito de estender os direitos autorais econômicos e morais na era digital.

Para criar harmonia na Europa é essencial que:

1 - autores sejam garantidos por uma estrutura legal dentro da qual possam negociar livremente os direitos de uso de seu trabalho, se o contrato diz respeito a emprego ou trabalho independente;

2 - acordos existentes devem ser mantidos e realçados para considerar novas tecnologias de comunicação;

3 - harmonização - os direitos autorais na União Européia devem estar de acordo com a lei continental. A lei ainda proporciona direitos econômicos e morais para o autor. A alocação de direitos pode ser sujeita a acordos coletivos;

4 - acordos de cobranças existentes devem ser fortalecidos e desenvolvidos para o futuro. A cooperação é essencial e pode funcionar.

É tempo de trabalho em conjunto

A Federação Européia de Jornalistas adverte que se não houver uma aproximação entre editores e jornalistas - construídas através de sistemas de cobranças e gerenciamento, já em andamento - então futuro será imprevisível para o direito autoral, para as tentativas de harmonização no âmbito europeu e para consumidores que desejam um acesso fácil e amigável a produtos de alta qualidade.

Sem essa aproximação, a integridade, qualidade e autenticidade do material editorial ou de outros trabalhos não estarão protegidas.

Sem essa aproximação há pouca possibilidade do consumidor amigo e confiante ter acesso ao grande volume de material que estará disponível.

Esquemas coletivos de licença podem facilitar o esclarecimento de direitos para utilização de trabalho em eventos esportivos, públicos ou de material de interesse específico e geral na vida política, democrática ou artística.

Isso será mais bem realizado se houver uma cooperação mais estreita entre editores (produtores) de um lado e seus empregados criativos e/ou intelectuais do outro.

Editores europeus estão tirando partido da confusão atual sobre as diferentes abordagens sobre direitos autorais no mercado interno. Editores não necessitam de nova lei de direitos autorais, por que já possuem acesso direto ao uso de trabalhos sob proteção.

Editores: comércio adiante da cultura

Editores europeus têm espoliado verdadeiramente os direitos dos autores. Querem total propriedade dos direitos - agora e no futuro, a fim de conseguirem furos de reportagem através da exploração do mercado de multimídia. Não querem negociar com os autores sobre o uso futuro.

Dizem que a proteção dos direitos deve ser diminuída por causa da necessidade de competir no mercado global de mídia do mundo do idioma inglês, abrangendo Estados Unidos e Grã-Bretanha.

No entanto, essa abordagem nega a força do mercado europeu, onde diferenças culturais, idiomáticas e de tradição social proporcionam as melhores oportunidades para o desenvolvimento de negócios.

A competição na era digital enfocará o conteúdo - e a qualidade do conteúdo como tal. A esse respeito a rica herança cultural e a diversidade da sociedade dá aos empresários europeus um começo vantajoso.

Conforme previsões, se o século 21 focar o indivíduo, os direitos individuais e a democracia, então haverá uma enorme demanda para fontes independentes de informação e para o mais alto nível de profissionalismo e integridade da informação. O argumento de uma total posse colocar o comércio adiante da cultura e pode enfraquecer o papel da Europa na sociedade global de informação.

Autores: estabelecendo padrões para mudanças

Autores estão enfrentando o fato de que as necessidades de seus clientes estão mudando. Novos veículos, tais como serviços Internet on-line e CD-ROM, proporcionam novas oportunidades para criatividade e distribuição.

No entanto, existem também sérios desafios. O uso incorreto de material digital significa que fotografia, filme, som e texto podem ser manipulados e distorcidos durante o processo de editoração digital. É por isso que os direitos morais dos autores são tão importantes e precisam ser protegidos.

Há também a necessidade de que os autores free-lancers se equipem - em termos de meios técnicos e de habilidades profissionais - para prestar serviços à sociedade

informativa. Autores e jornalistas necessitam trabalhar num local onde sejam pagos satisfatoriamente, e possam desenvolver seu trabalho da forma solicitada e preservando a independência editorial.

Acima de tudo, autores necessitam que lhes seja assegurado que seu trabalho não será usado de forma incorreta. Precisam estar aptos a trabalhar num nível de profissionalismo que faça com que seu trabalho vá de encontro aos mais altos padrões éticos

A despeito do que possam dizer os editores, eles não têm dificuldade em adquirir direitos adicionais de seus empregados e free-lancers. Basta pedir. Quando o fazem, acordos individuais coletivos surgem.

Existem ainda muitos acordos que cobrem todas as formas de transmissão.

São provas para o consumidor que o diálogo entre o empregador e os autores é possível para manter a salvaguarda contra uso antiético e infração por terceiros.

Autores de trabalhos intelectuais e artísticos durante o tempo de seu vínculo empregatício ou quando comissionados como free-lancers, não devem ser forçados pela lei a aceitar a utilização de seu trabalho no futuro de maneira não conhecida.

Se os empregadores desejarem direitos de utilizarem esses trabalhos no futuro, precisam estar abertos à negociação entre as partes contratantes.

Essa é a principal exigência dos jornalistas na Europa.

E finalmente...

Lembre-se de que as maiores forças da Europa são: a energia, o compromisso e a criatividade de seus cidadãos. A sociedade informativa pode levar ao florescimento do melhor da cultura europeia. Mas isso acontecerá somente se as escolhas certas forem feitas.

Direitos autorais dão aos jornalistas e a outros criadores a oportunidade de trabalhar com confiança, profissionalismo e integridade no novo ambiente digital. Porém, isso não acontecerá se os editores ganharem a batalha para destruir as tradições de propriedade intelectual europeias.

Ultimamente, a chave para o sucesso é investir em criatividade, para proteger o que é melhor na rica tradição cultural europeia e colocar qualidade adiante dos lucros na exploração de novas tecnologias de informação. O jornalismo nas mãos de pessoal treinado e de profissionais independentes é a chave para a integridade da informação e o futuro da liberdade da mídia. Os direitos autorais devem permanecer os direitos dos jornalistas.

A Federação Europeia de Jornalistas representa 200.000 jornalistas sob contrato e free-lancers (repórteres, escritores, fotógrafos, cartunistas, editores, pessoal de televisão e cinema, produtores de multimídia, designers, instrutores e ilustradores) em 36 países da Europa.

Para mais informações contatar:

European Federation of journalists

266 rue Royale

210 Brussels

Belgium

Telephone: +32-2 2232265

Tele fax: +32-2 2192976